

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AVALIAÇÃO DA SUPERFÍCIE DE
PAVIMENTOS FLEXÍVEIS,
DIMENSIONAMENTO DE
RECAPEAMENTO, REFORÇOS DE
PAVIMENTOS FLEXÍVEIS E
PROJETOS DE ENGENHARIA VIÁRIA.**

PROGRAMA BADESC CIDADES II

MARÇO/2014

1.	OBJETIVO	3
2.	DIRETRIZES GERAIS	3
2.1	Orientações para Elaboração dos Serviços Contratados	3
2.2	Diretrizes Específicas	7
2.4	Pré-requisitos a serem atendidos pela CONTRATADA	10
3.	IDENTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
3.1	OBJETOS DA PROPOSTA	11
3.2	QUADRO DE USOS E FONTES DA PROPOSTA	11
4.	ORGANIZAÇÃO DA CONTRATADA	13
5.	PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO	13
6.	MEDIÇÕES	13
7.	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	14
8.	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	14
9.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	14
10.	OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO IPPUJ	17
11.	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	17
11.1	Conhecimento do Problema	17
11.2	Plano de Trabalho	18
11.3	Equipe Técnica e Experiência Técnico-Profissional do Proponente (ver edital)	20
12.	PRODUTOS	20
13.	FORMA DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DE PRODUTOS	21
14.	ESTUDOS E DADOS DISPONÍVEIS	22
15.	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	22
15.1	Avaliações, Estudos, Levantamentos e Projetos:	23
15.2	Preços:	23
15.3	Medições dos Serviços:	24
15.4	Pagamentos:	24
16.	PROPOSTAS DE PREÇOS	26
16.1	Preenchimento das Propostas de Preços	26
16.2	Exame das Propostas de Preços	26
17.	ATUALIZAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS	26
18.	DA EXECUÇÃO DO OBJETO	26
19.	SUBCONTRATAÇÃO	27
20.	PROPRIEDADE DA INFORMAÇÃO	28
21.	ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA	29

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

O presente “**TERMO DE REFERÊNCIA**” tem como objetivo definir as diretrizes gerais para execução dos serviços de: **AVALIAÇÃO DA SUPERFÍCIE DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, DIMENSIONAMENTO DE RECAPEAMENTO, REFORÇOS DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS E PROJETOS DE ENGENHARIA VIÁRIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇO**, referentes às obras do **PROGRAMA BADESC CIDADES II - PROGRAMA OPERACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - JOINVILLE / SC**.

2. DIRETRIZES GERAIS

2.1 Orientações para Elaboração dos Serviços Contratados.

Deverão ser obedecidos, pelo CONTRATADO os seguintes manuais, normas, leis e resoluções para confecção dos serviços contratados neste termo, conforme segue:

- Manual de Orientação para Elaboração de Projetos – BADESC CIDADES – Programa Operacional para Desenvolvimento Municipal (ver ANEXO II);
 - Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos / 2006 – Publicação IPR – 720 / DNIT (domínio público - site do DNIT);
 - NORMA DNIT 008/2003 – PRO: Levantamento visual contínuo para avaliação da superfície de pavimentos flexíveis e semi-rígidos – Procedimentos (domínio público – site do DNIT);
 - NORMA DNIT 006/2003 – PRO: Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semi-rígidos – Procedimentos (domínio público - site do DNIT);
 - NORMA DNIT 005/2003 – TER: Defeitos nos pavimentos flexíveis e semi- rígidos – Terminologia (domínio público – site do DNIT);
 - DNER-PRO 269/94: Projeto de Restauração de Pavimentos Flexíveis (domínio público – site do DNIT);
 - DNER-PRO 011/79: Avaliação Estrutural dos Pavimentos Flexíveis (domínio público – site do DNIT);
 - DNER-707/20: Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários (domínio público – site do DNIT).
- a) Os projetos de engenharia viária devem atender à legislação que dispõe sobre acessibilidade universal no ambiente urbano (ex: sinalização viária – rebaixos acessíveis nas travessias de pedestres): leis nº10.048, de 08 de novembro de 2000 e nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, Decreto nº 5.296, de 2 de

- dezembro de 2004 e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; NBR nº 9050/2004 (domínio público – sites de busca);
- b) O projeto de sinalização deve observar a sinalização viária mínima estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (domínio público – sites de busca);
- c) Os projetos básicos deverão atender ainda:
- i.1) Ao Art. 6º, parágrafo IX e X, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que diz (domínio público – sites de busca):

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;*
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;*
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;*
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;*

X - Projeto Executivo - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

- i.2) A Resolução CONFEA nº 361/91 de 10 de dezembro de 1991, que diz (domínio público – sites de busca):

Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966;

CONSIDERANDO que é atribuição do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia orientar as atividades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e afins, no sentido do desenvolvimento do exercício das profissões da área tecnológica, em benefício da sociedade, nas atividades exercidas no território brasileiro;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 NOV 1986, determina, em seu artigo 6º, que "as obras e os serviços só podem ser licitados, quando houver Projeto Básico aprovado pela autoridade competente" e que o mesmo diploma legal conceitua, em seu artigo 5º, inciso VII, o projeto básico como sendo "o conjunto de elementos que define a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou serviços objeto da licitação, e que possibilite a estimativa de seu custo final e prazo de execução";

CONSIDERANDO a necessidade de serem evitadas controvérsias quanto à exata extensão do Projeto Básico, quando da aplicação dos dispositivos legais antes citados,

RESOLVE:

Art. 1º - O Projeto Básico é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução.

Art. 2º - O Projeto Básico é uma fase perfeitamente definida de um conjunto mais abrangente de estudos e projetos, precedido por estudos preliminares, anteprojeto, estudos de viabilidade técnica, econômica e avaliação de impacto ambiental, e sucedido pela fase de projeto executivo ou detalhamento.

§ 1º - As fases do projeto citadas neste Artigo podem ou não ser objeto de um único contrato, em função do porte da obra.

§ 2º - A qualidade do projeto deverá ser assegurada em cada uma das fases, bem como a responsabilidade técnica de seus autores.

Art. 3º - As principais características de um Projeto Básico são:

a) desenvolvimento da alternativa escolhida como sendo viável, técnica, econômica e ambientalmente, e que atenda aos critérios de conveniência de seu proprietário e da sociedade;
b) fornecer uma visão global da obra e identificar seus elementos constituintes de forma precisa;

c) especificar o desempenho esperado da obra;

d) adotar soluções técnicas quer para conjunto, quer para suas partes, devendo ser suportadas por memórias de cálculo e de acordo com critérios de projeto pré-estabelecidos de modo a evitar e/ou minimizar reformulações e/ou ajustes acentuados, durante sua fase de execução;

e) identificar e especificar, sem omissões, os tipos de serviços a executar, os materiais e equipamentos a incorporar à obra;

f) definir as quantidades e os custos de serviços e fornecimentos com precisão compatível com o tipo e porte da obra, de tal forma a ensejar a determinação do custo global da obra com precisão de mais ou menos 15% (quinze por cento);

- g) fornecer subsídios suficientes para a montagem do plano de gestão da obra;
- h) considerar, para uma boa execução, métodos construtivos compatíveis e adequados ao porte da obra;
- i) detalhar os programas ambientais, compativelmente com o porte da obra, de modo a assegurar sua implantação de forma harmônica com os interesses regionais

Art. 4º - O responsável técnico pelo órgão ou empresa pública ou privada, contratante da obra ou serviço, definirá, obedecendo às conceituações contidas nesta Resolução, os tipos de Projeto Básico que estão presentes em cada empreendimento objeto de licitação ou contratação.

§ 1º - O nível de detalhamento dos elementos construtivos de cada tipo de Projeto Básico, tais como desenhos, memórias descritivas, normas de medições e pagamento, cronograma físico, financeiro, planilhas de quantidades e orçamentos, plano gerencial e, quando cabível, especificações técnicas de equipamentos a serem incorporados à obra, devem ser tais que informem e descrevam com clareza, precisão e concisão o conjunto da obra e cada uma de suas partes.

§ 2º - Sempre que o porte da obra o permitir, o Projeto Básico, obrigatoriamente, deverá iniciar-se pelo estabelecimento dos CRITÉRIOS DE PROJETO, de modo a fixar diretrizes de conduta técnica e gerencial.

Art. 5º - Poderá ser dispensado o Projeto Básico com as características descritas nos artigos anteriores, para os empreendimentos realizados nas seguintes situações:

- I - nos casos de guerra ou graves perturbações da ordem;
- II - nos casos de obras ou serviços de pequeno porte, isolados e sem complexidade técnica de gerenciamento e execução;
- III - nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e privados.

Parágrafo único - O responsável técnico do órgão contratante deverá justificar a urgência para o atendimento dos casos de emergência, referida neste artigo, emitindo respectivo laudo técnico com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Art. 6º - As normas e conceituações constantes desta Resolução deverão ser aplicadas na contratação das obras e serviços da administração direta e indireta, das empresas de economia mista e fundações dos Governos Federal, Estadual e Municipal, assim como das obras e serviços realizados mediante a utilização de empréstimos ou incentivo fiscal aplicados por banco ou agência financeira oficiais e os executados para fins de cumprimento de concessão de serviços públicos de qualquer esfera governamental.

Art. 7º - Os autores do Projeto Básico, sejam eles contratados ou pertencentes ao quadro técnico do órgão contratante, deverão providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, instituída pela Lei Federal nº 6.496, de 07 DEZ 1977, e regulamentada através de Resoluções específicas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

Art. 8º - As empresas privadas deverão adotar os procedimentos conceituados nesta Resolução.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Observação:

Caberá a CONTRATADA atender as normas para elaboração e apresentação de projetos do BADESC CIDADES, conforme descrito no Manual de Orientações para Elaboração de Projetos do BADESC CIDADES II, (item 05 do Manual).

O projeto contratado em sua íntegra será analisado pelo BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO – S/A – GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS - GEROM, que tem a atribuição de autorizar o CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

A licitação para **execução da obra** só poderá ser realizada após a “ANÁLISE DOS PROJETOS BÁSICOS e suas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇO” pelo BADESC. Sendo pré-requisito deste contrato o atendimento a todas as diretrizes do mesmo, estando a contratada responsável por fazer todas as alterações e adequações necessárias, até que sejam atendidas todas as exigências do BADESC.

2.2 Diretrizes Específicas

Deverão ser executados pela CONTRATADA os seguintes serviços:

2.2.1 Avaliação da Superfície de Pavimentos Flexíveis.

Os manuais e normas elencados no item 2.1 deste termo devem ser aplicados em sua íntegra ou de forma parcial, dependendo dos levantamentos de irregularidades e degradações da superfície do pavimento existente, observados, analisados e diagnosticados.

- a) Deverão ser executados: estudos de tráfego; levantamento de irregularidade da superfície; e levantamento das degradações da superfície do pavimento existente;
- b) Os métodos a serem utilizados (conforme normas) deverão ser os mais adequados para cada caso, e deverão ser apresentados ao corpo técnico da Prefeitura para avaliação e aprovação;
- c) Outros estudos complementares deverão ser apresentados e deverão ser desenvolvidos a partir dos elementos fornecidos na fase anterior (após observações, análises e diagnósticos), conforme segue: levantamento histórico do pavimento existente; determinação das deflexões recuperáveis (se caracterizada a necessidade); determinação das flechas nas trilhas das rodas; prospecção preliminar do pavimento e do subleito; avaliação e diagnóstico; e inventário das degradações e estudos suplementares;
- d) A execução do dimensionamento, definidos os segmentos para recapeamento ou reforço, conforme discriminados nos itens anteriores devem ser conduzidos

de forma diferenciada para cada uma das situações (dimensionamento do recapeamento ou dimensionamento do reforço);

- e) A apresentação dos resultados dos estudos e projetos será apresentada na forma de relatórios em formato A4, onde constarão os ensaios geotécnicos, conclusões e detalhamentos das soluções adotadas.

2.2.2 Projetos de Engenharia Viária

Após avaliação dos Pavimentos Flexíveis deverá a CONTRATADA realizar os seguintes serviços:

- a) Levantamento topográfico e cadastral;
- b) Pareceres de sondagem (se for o caso após avaliação da superfície e caracterização da necessidade);
- c) Projeto de Restauração dos Pavimentos Flexíveis;
- d) Projeto Geométrico das ruas com identificação das áreas a serem fresadas, demarcadas e identificadas por estaca, bem como identificação dos dispositivos de drenagem pluvial existentes a serem nivelados e ou restaurados e limpos;
- e) Projeto de sinalização viária horizontal e vertical;
- f) Memorial descritivo da intervenção proposta, com especificação dos componentes construtivos, dos elementos obrigatórios e dos materiais de construção admitidos, de forma a estabelecer padrões mínimos para contratação, incluindo as especificações técnicas;
- g) Indicação das tecnologias construtivas admissíveis, do desempenho e do padrão de qualidade esperado;
- h) Orçamento estimando o valor da contratação, com todos os custos da obra/serviços a serem executados, calculado com base nos valores do DNIT, DEINFRA, SINAPI e ou em casos de falta de referencias praticados no mercado e ou administração pública em serviços e obras similares, aferida mediante técnicas de orçamentação sintética, expedita ou paramétrica, devidamente acompanhadas do:
Memorial de cálculo, capaz de detalhar e justificar os parâmetros de custo e preço utilizados, explicitar a origem dos parâmetros adotados e permitir a reconstituição da formação do preço global estimado e da respectiva ART do orçamento do projeto.
- i) Do orçamento deverá constar, também, o valor relativo a cada evento ou meta do empreendimento, discriminando sua participação em termos percentuais.

Observação: Caberá a CONTRATADA pela execução dos serviços técnicos a apresentação da Licença Ambiental Prévia e/ou sua Dispensa para todos os projetos contratados.

2.2.3 À execução dos serviços técnicos contratados deverão contemplar além das diretrizes acima elencadas, ainda:

- a) Avaliação das condições da pavimentação e dos dispositivos de drenagem existentes (bocas de lobo);
 - 1. Deverá ser feita prospecção dos dispositivos de drenagem existente (bocas de lobo), em todas as vias objetos deste contrato, de forma a verificar a real necessidade de nivelamento, restauração e limpeza;
 - 2. Todas as bocas de lobo de drenagem que estão nas pistas deverão ser reniveladas (ao nível do pavimento);
- b) Jazidas e locais de despejo dos entulhos de obra:
 - 1. Todo material retirado ou descartado deverá ser depositado em aterros credenciados e com alvará da FUNDEMA;
 - 2. Deverá ser apresentado mapa de localização das jazidas e aterros com indicação das Distâncias Médias de Transporte (DMT), as quais servirão de base para o orçamento.
 - 3. Deverão ser apresentadas as licenças de bota-fora.
- c) Referências e Orientações - Métodos Construtivos e Especificações de Serviço:
 - 1. Para elaboração dos projetos a contratada deve se balizar preferencialmente pelas orientações e diretrizes do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e DEINFRA (Departamento Estadual e Infraestrutura).
- d) Sinalização:
 - 1. Os projetos de sinalização deverão ser aprovados pelo Instituto de Trânsito e Transporte – ITTRAN, de Joinville.
- e) Projetos e serviços já executados:
 - 1. Apenas os projetos de concepção da obra foram desenvolvidos pela Fundação IPPUJ, os quais deverão servir de referência a CONTRATADA na confecção dos Projetos (**concepção no ANEXO IV – VOLUME I, II e III**).
 - 2. O orçamento estimativo da obra foi referenciado no projeto de concepção da obra, portanto servirá de referencia a CONTRADA na confecção do novo orçamento e cronograma físico-financeiro (**orçamento estimativo da obra no ANEXO IV – VOLUME III**).

2.4 Pré-requisitos a serem atendidos pela CONTRATADA.

a) A análise do PROJETO pelo BADESC deverá atestar que:

1. A intervenção proposta atende aos requisitos do Manual de Orientação para Elaboração de Projetos do BADESC;
2. O PREÇO GLOBAL e o de cada META prevista no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO da obra estão aderentes aos PREÇOS DA PROPOSTA do PROGRAMA CADASTRADO NO BADESC;
3. O CUSTO GLOBAL DO PROJETO apresentado cumpre os requisitos de economicidade mediante verificação de que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja IGUAL ou INFERIOR ao valor estimado na Carta Consulta que foi cadastrada no BADESC;
4. A solução técnica prevista observa as boas técnicas de engenharia, respeita as normas da ABNT pertinentes;
5. No caso de intervenções que envolvam juntamente a execução de obras de SANEAMENTO BÁSICO (abastecimento de água e esgoto sanitário), que a solução proposta é COMPATÍVEL e INTEGRÁVEL ao SISTEMA PREEXISTENTE.

Observação: Caberá a **CONTRATADA** pela execução dos serviços técnicos, fazer a compatibilização dos projetos contratados com a rede de saneamento existente e em execução, bem como agendar reuniões (quantas forem necessárias) até que se tenha a “DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE” emitida pela COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE – CAJ;

6. No caso de intervenções que passem próximas as redes de gás existentes, deverá a contratada atender as recomendações e diretrizes da empresa SCGÁS.

Observação: Caberá a **CONTRATADA** fazer a compatibilização da obra com a rede de gás existente e obter “DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE” (se for o caso) da SCGÁS.

b) O PROJETO desenvolvido pela contratada deverá ser aprovado pelo BADESC, que deverá ATESTAR que o projeto ATENDE AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E DE OPERAÇÃO exigidas pelo prestador.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Apresentaremos a seguir as intervenções que fazem parte das propostas cadastradas no BADESC CIDADES, que são objetos deste contrato. O mapa das intervenções (em tamanho A1), o projeto de concepção da obra e o orçamento estimativo da obra estão disponíveis no **ANEXO IV – VOLUME I, II E III.**

As intervenções da proposta ocorrerão nas vias caracterizadas no Mapa a seguir:

MAPA DO PROGRAMA BADESC CIDADES II Este Mapa em formato A1 está disponível no Anexo IV – VOLUME I.

E as intervenções a serem realizadas nas vias são:

3.1 OBJETOS DA PROPOSTA

As intervenções que serão realizadas na vias do Município de Joinville/SC são:

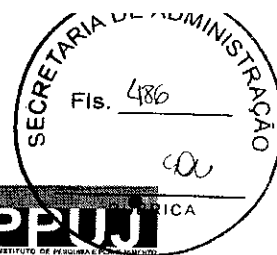
- Fresagem parcial da pavimentação asfáltica;
- Recapeamento integral das vias com CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado A Quente;
- Implantação de Sinalização Viária Horizontal e Vertical;
- Restauração, limpeza e nivelamento das bocas de lobo;

3.2 QUADRO DE USOS E FONTES DA PROPOSTA

Os valores e objetos do quadro a seguir, foram os apresentados ao BADESC, através de Cadastramento da **CARTA CONSULTA**, e deverão servir de balizamento para confecção dos serviços contratados e dos orçamentos. Os valores totais de financiamento não poderão ser alterados, pois são os valores para Contratação e Operação de Crédito. Sendo assim será verificado se o preço global e o de cada meta prevista no cronograma físico-financeiro da obra estão aderentes aos preços da Proposta do Programa BADESC CIDADES II, e se o custo total do projeto apresentado cumpre os requisitos de economicidade mediante verificação de que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao valor estimado na Carta Consulta que foi cadastrada no BADESC.



**Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento
para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville**



A seguir quadro de usos e fonte:

Ver ANEXO IV – VOLUME II.

4. ORGANIZAÇÃO DA CONTRATADA

Compete à Contratada prover:

Os materiais necessários à execução dos projetos e serviços previstos neste Termo de Referência;

Os equipamentos necessários à execução dos serviços previstos neste Termo de Referência;

As instalações administrativo-operacionais que atendam ao dimensionamento de efetivo próprio e de terceiros, equipamentos e materiais previstos para a realização dos serviços que constem da planilha de serviços do presente Termo de Referência;

A guarda e organização da documentação técnica em meios digitais e de cópias de documentos assinados pelos respectivos responsáveis técnicos (projetos, orçamentos, memoriais, estudos, pesquisas, anotações de responsabilidade técnica – ART, versões aprovadas e licenciadas, entre outros oriundos deste contrato), até conclusão das obras e da prestação de contas (período após a obra) ao BADESC.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo para execução das AVALIAÇÕES, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS conforme Item 2.2.1, a contar da emissão da respectiva Ordem de Serviço pela Fundação IPPUJ, é de 30 (trinta) dias,

O prazo para execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA VIÁRIA conforme Item 2.2.2, a contar da emissão da respectiva Ordem de Serviço pela Fundação IPPUJ, é de 90 (noventa) dias.

CRONOGRAMA FÍSICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO (em dias após a emissão da Ordem de Serviço)							
		30	60	90	120	150	180	210	
1	AVALIAÇÕES / ESTUDOS / LEVANTAMENTOS	████							
2	PROJETOS DE ENGENHARIA		████	████					

6. MEDIÇÕES

As medições dos serviços apresentadas pela contratada serão individualizadas (por produtos), considerando o item e período atendido

conforme o cronograma físico do Item 05, e respeitando o período mínimo de 30 dias de intervalo entre medições, até o término dos serviços. Mais informações e detalhes sobre as medições estão no item 12 deste Termo.

7. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Termo de Referência, quando contratados, serão fiscalizados pela Fundação IPPUJ ou por prepostos, credenciados junto ao Contratante.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, na ocorrência destes, não implicará em corresponsabilidade da Fundação IPPUJ ou de seus agentes e prepostos, em consonância com os artigos 69 e 70 da Lei 8.666/93.

A Fundação IPPUJ se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações.

8. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A Contratada deverá apresentar à Fundação IPPUJ, a qualquer momento informações sobre os serviços contratados, devendo atender a qualquer tempo e de imediato à Fundação IPPUJ suas questões, fornecendo as informações requeridas na forma adequada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à Contratada:

1. Executar os projetos e serviços objeto deste Contrato, em conformidade com as respectivas diretrizes, normas e especificações e, ainda com as instruções emitidas pela Fundação IPPUJ;
2. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, de acordo com o Artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
3. A responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa

- responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o Artigo 70 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
4. Atender, prontamente, quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência e respectivo Edital, sem ônus para a Fundação IPPUJ;
 5. Manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93);
 6. Providenciar, sem ônus para a Fundação IPPUJ, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados;
 7. Prover a produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte, caso seja necessário;
 8. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua exclusiva conta todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, à Fundação IPPUJ, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;
 9. Cumprir rigorosamente as Normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emanadas da legislação pertinente;
 10. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que a Fundação IPPUJ julgar necessárias conhecer ou analisar;
 11. Facilitar o pleno exercício das funções da fiscalização da Fundação IPPUJ;
 12. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição serviços pela fiscalização da Fundação IPPUJ e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, de acordo com as disposições do contrato;
 13. Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços contratados, por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens da Fundação IPPUJ ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros;
 14. Substituir, quando rejeitados, os serviços, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização da Fundação IPPUJ;
 15. Sendo necessário refazer o serviço, a Contratada fica obrigada a realizá-lo nas condições Contratadas, correndo por sua conta as respectivas despesas. Deixando a Contratada de refazê-lo, a Fundação IPPUJ poderá contratar terceiros para execução dos serviços, reconhecendo a Contratada sua responsabilidade pelo respectivo pagamento, sem que tenha direito a reembolso ou prévia ciência dessa contratação;

16. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução dos serviços, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou contratados;
17. Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnica-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior;
18. Executar os serviços em conformidade com a proposta aprovada e qualquer outra evidência que seja exigida no contrato;
19. Submeter, em tempo hábil, em caso de justificada necessidade de substituição o profissional indicado para execução dos serviços, o nome e os documentos demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu substituto à aprovação do gestor do Contrato e ratificação pelo seu superior;
20. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Fundação IPPUJ;
21. Após a assinatura do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da empresa, no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à fiscalização da Fundação IPPUJ;
22. Manter na sede da empresa contratada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
23. Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a Contratada será responsável, ainda:
 - a. Pela inexecução, mesmo que parcial, dos serviços contratados;
 - b. Perante a Fundação IPPUJ ou terceiros, pelos danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, erro ou imperícia, vício ou defeito, na condução ou execução dos serviços objeto do contrato;
 - c. Pela eventual acréscimo dos custos do contrato quando, por determinação da autoridade competente e motivada pela Contratada, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa.

10. OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO IPPUJ

Caberá à Fundação IPPUJ:

1. Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;
2. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos;
3. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à Contratada o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
4. Solicitar que a Contratada, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o contrato;
5. Notificar, por escrito, a Contratada, dos defeitos ou irregularidades verificados na execução dos serviços, fixando-lhe prazos para sua correção;
6. Notificar, por escrito, a Contratada, dos débitos e da suspensão da prestação de serviços;
7. Efetuar à Contratada os pagamentos dos serviços executados e efetivamente medidos e faturados, nas condições estabelecidas no contrato.
8. Realizar a medição dos serviços executados;
9. Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.
10. No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização da Fundação IPPUJ, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao "local de execução dos serviços", bem como a todos os elementos de informações relacionados com os projetos/serviços, pelos mesmos julgados necessários.

11. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Conhecimento do Problema

Ver exigências do edital (documentos para habilitação).

11.2 Plano de Trabalho

Deverá ser decorrente dos objetivos do Termo de Referência. Nesta parte, a proponente deverá expor o seu Plano de Trabalho, em no máximo 50 (cinquenta) páginas, incluindo texto em A-4 e gráficos e quadros em formato A-3. Como modelo, propomos a seguinte forma de estruturação para o Plano:

ORDEM	ITENS E SUBITENS
1	PLANO DE TRABALHO
1.1	Método de Trabalho
1.2	Fluxograma de Atividades
1.3	Estrutura Organizacional
1.3.1	<i>Organograma da Equipe</i>
1.3.2	<i>Atribuições e Responsabilidades</i>
1.3.3	<i>Cronograma Físico</i>

O Plano de Trabalho consistirá na formalização do planejamento e na condução das atividades, do início ao fim dos trabalhos. Logo após a assinatura do contrato, da qual participarão a Fundação IPPUJ e a CONTRATADA, será consolidado o termo da proposta e definido detalhes sobre a condução dos trabalhos, tais como:

- Esclarecimentos de possíveis dúvidas e eventuais complementações de assuntos de interesse, que não tenham ficado suficientemente explícitos neste TDR (Termo de Referência);
- Confirmação dos componentes da equipe técnica da CONTRATADA e respectivas funções;
- Apresentação da equipe de acompanhamento e fiscalização da Fundação IPPUJ;
- Procedimento para fornecimento de dados da Fundação IPPUJ e demais entidades envolvidas;
- Forma de documentação das atividades e padronização de documentos;
- Forma de comunicação entre o CONTRATADO e CONTRATANTE;

- g. Procedimento de avaliação periódica e outras questões relativas ao bom andamento dos trabalhos;
- h. Agendamento das reuniões de acompanhamento;
- i. Consolidação do cronograma.

O Plano de Trabalho deverá necessariamente refletir o consenso sobre essas questões entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

O relatório do Plano de Trabalho conterá:

- a. Método de Trabalho – onde deverão ser expostas as formas de abordagem, a seleção dos métodos de trabalho, as normas e os procedimentos a serem seguidos, a forma de controle e de apresentação dos serviços e produtos almejados pelo objeto, os procedimentos para conclusão dos trabalhos (revisões finais, arquivamento, avaliação final e desmobilização da equipe). Deverá ainda apresentar a sistemática a que se propõe executar os serviços com processos tecnológicos e científicos, caracterizando desta maneira a atuação, criatividade e desempenho do licitante, e as formas de comunicação;
- b. Fluxograma de Atividades – onde a licitante exporá de forma gráfica como pretende equacionar as interfaces entre as várias atividades envolvidas na consecução do objeto;
- c. Estrutura Organizacional – onde conste:
 - 1. O organograma da equipe a ser alocada para realização dos serviços, incluindo a equipe da FUNDAÇÃO IPPUJ e representantes das demais entidades envolvidas no trabalho;
 - 2. A descrição das atribuições e das responsabilidades das diversas áreas;
 - 3. O cronograma físico e o de permanência do pessoal, contemplando as diversas macro-atividades do organograma, as categorias utilizadas e as horas alocadas por técnico.

Durante a elaboração do Plano de Trabalho deverá ser identificado às atividades que possam ser executadas em paralelo, e que não afetem o andamento dos trabalhos.

Sempre que durante os trabalhos for reconhecida a necessidade de mudanças significativas de rumo, em relação ao planejamento inicial, o Plano de Trabalho deverá ser revisado e formalmente reapresentado.

11.3 Equipe Técnica e Experiência Técnico-Profissional do Proponente (ver edital)

Ver definições em edital.

A Contratada deverá possuir no quadro de funcionários da empresa a equipe técnica mínima, conforme segue:

- 01 (um) Topógrafo;
- 01 (um) Engenheiro Civil ou Geólogo Responsável pelos Estudos Geotécnicos;
- 01 (um) Engenheiro Coordenador Técnico de Projetos;
- 01 (um) Engenheiro Responsável por Projetos de Pavimentos Rígidos, Flexíveis, Geométricos e de Terraplenagem;
- 01 (um) Profissional de Nível Superior Responsável pelo Componente Ambiental;

12. PRODUTOS

Serão apresentados os seguintes produtos:

- a. Relatório de Andamento das Avaliações e Levantamentos, 15 dias após a emissão da ordem de serviço;
- b. Relatório Final dos Estudos e Levantamentos, 30 dias após a emissão da ordem de serviço;
- c. Relatório de Andamento do Projeto de Engenharia Viária, 60 dias após a emissão da ordem de serviço;
- d. Relatório Final do Projeto de Engenharia Viária, 90 dias após a emissão da ordem de serviço;

As medições só ocorrerão após apresentação dos Relatórios Finais, os produtos intermediários (Relatórios de Andamento) servirão de apoio à fiscalização, permitindo que a mesma possa verificar como está o andamento dos trabalhos.

A PLANILHA DE MEDIÇÃO (ver **ANEXO II**) demonstra como será feita a medição e o pagamento dos produtos finalizados.

13. FORMA DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DE PRODUTOS

A elaboração dos projetos resultará em produtos distintos (por objetos) compostos por documentos em meio analógico e documentos em meio digital.

Os documentos que compõem os projetos deverão ser entregues em: 02 (duas) vias, encadernados tipo brochura, capa mole, em papel grosso e plastificado, colados e fresados, sem costura.

Os documentos finais deverão ser entregues em: 03 (três) vias, encadernados tipo brochura, capa dura, em papel plastificado, colados e fresados, com costura.

Os documentos em meio digital deverão ser entregues conforme conteúdos encadernados, apresentando as mesmas características dos documentos em meio analógicos (com todas as informações), e entregues em duas cópias de CD, deverão ainda ser elaborados com o uso dos seguintes programas:

Textos, tabelas e gráficos: programas integrantes do pacote que compõem o sistema Microsoft Office, e ou similares que não alterem as características dos arquivos quando abertos no mesmo Sistema, e que funcionem sob o sistema operacional Windows não posterior ao XP. A apresentação se dará em arquivos digitais (CD ROM), e com impressão em papel formato A4, gramatura mínima de 90 g/m², com capa em papel Cromolux ou similar, digitada em espaço entre linhas de 1,5. Poderá ser usado papel timbrado da CONTRATADA com as mesmas características.

Plantas e desenhos: Autocad, versão 2006 ou superior. Arquivos extensão DWG para os elementos gráficos. Deverá ser apresentado o produto em arquivos digitais (CD ROM) e em papel formato A3, com gramatura de 75 g/m² e com selo padrão PMJ.

A CONTRATADA se obriga a realizar apresentações dos avanços dos trabalhos ao corpo gerencial e técnico da Fundação IPPUJ, sempre que convocada.

A CONTRATADA se compromete ainda a esclarecer quaisquer dúvidas ou questionamentos que venham a surgir ou ocorrer na fase de execução das obras.

14. ESTUDOS E DADOS DISPONÍVEIS

Estão disponíveis para consulta na Fundação IPPUJ e outros órgãos da Administração Pública os seguintes dados, estudos e documentos (alguns dos itens abaixo poderão ser encontrados nos sites da Fundação IPPUJ, Prefeitura Municipal de Joinville, Empresas Públicas e ou Privadas):

- a. Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (<http://www.aguasdejoinville.com.br>);
- b. Mapa dos Pontos Críticos no Trânsito (na sede da Fundação IPPUJ);
- c. Site da Prefeitura de Joinville (<http://www.joinville.sc.gov.br>);
- d. Site da Fundação IPPUJ (<http://ippuj.joinville.sc.gov.br>);
- e. Site da CAJ (<http://www.aguasdejoinville.com.br>).

Os documentos poderão ser consultados na Fundação IPPUJ, no horário das 8:00 às 14:00 horas, de segunda à sexta-feira.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A Fundação IPPUJ pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, a preços integrantes da Proposta de Preços, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica estabelecido que nos preços propostos estarão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a elaboração dos projetos e serviços, de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

Apenas serão aceitos os projetos e serviços acabados e concluídos.

A Contratada deverá elaborar as Avaliações, Estudos, Levantamentos e Projetos necessários à execução das obras e serviços objeto deste Termo de Referência;

As medições dos serviços serão feitas a cada 30 dias. Os serviços executados e apropriados serão pagos após aprovação da fiscalização da Fundação IPPUJ.

Independente de nova citação, para todos os preços, sejam eles unitários ou globais, valem as condições seguintes:

Todos os preços contratuais são fixos e independem do processo empregado na sua execução (manual ou mecânico), quaisquer que sejam os materiais, mão de obra e equipamentos empregados;

Todos os preços devem corresponder a serviço pronto, sendo que na sua execução estarão incluídas todas e quaisquer despesas, mesmo quando não são mencionadas expressamente;

Não haverá incidência de quaisquer taxas sobre materiais de fornecimento da Fundação IPPUJ;

Todos os preços incluem a remuneração de mão de obra, inclusive profissionais especializados, equipamentos, encargos sociais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços;

Todos os serviços gráficos, bem como os relatórios e demais documentos técnicos, solicitados pela Fundação IPPUJ estão incluídos nos preços propostos;

A composição dos preços unitários deverá ser elaborada segundo os critérios de medição e remuneração dos serviços especificados.

15.1 Avaliações, Estudos, Levantamentos e Projetos:

O pagamento relativo à elaboração das avaliações, estudos, levantamentos e projetos necessários à execução das obras e serviços objeto deste Termo de Referência apenas será realizado após a sua conclusão. Portanto, deverá conter todos os serviços necessários a caracterização do cumprimento de cada fase (ex: fase de avaliação, estudos, levantamentos e de projeto).

15.2 Preços:

A remuneração dos serviços será feita sempre baseada nos produtos executados, obtidos nas medições, segundo os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

Os preços a utilizar no faturamento dos serviços serão os que figuram no orçamento e na planilha de medição, que deverá ser apresentada pela Contratada, proponente vencedora, em sua proposta.

Todos os serviços, salvo quando expressamente mencionado em contrário, compreendem o fornecimento pela Contratada dos materiais, mão de obra, serviços auxiliares e equipamentos diretamente necessários à completa realização dos mesmos.

15.3 Medições dos Serviços:

As medições dos serviços serão feitas mensalmente pela Fundação IPPUJ, mediante solicitação oficial por parte da contratada.

Serão medidas as quantidades dos serviços efetivamente executados no mês, e por produtos entregues finalizados, desde que aprovados pela fiscalização da Fundação IPPUJ.

As medições serão apresentadas pela Contratada em impressos próprios, e deverão estar representadas no mesmo modelo orçamentário da proposta de preço conforme **ANEXO II**, em colunas distintas e de fácil comparação (contratado versus executado), com percentagens ponderadas e acumuladas.

A liberação das medições, para pagamento, não significa aceitação final dos serviços e/ou projeto. No caso de ser necessário refazer o serviço e/ou projeto ou eventuais reparos (relativos a falhas), bem como complementações (relativos a omissões), estes serão de inteira responsabilidade da Contratada sem ônus para a Fundação IPPUJ.

15.4 Pagamentos:

Os valores a serem pagos relativos aos serviços executados serão calculados conforme os critérios abaixo relacionados, sendo indispensável a sua aprovação pela Contratante.

O pagamento será efetuado mensalmente, em conformidade com a alínea "a", inciso XIV, artigo 40, da Lei nº 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da fatura ou nota fiscal.

A Nota Fiscal/Fatura não poderá ser apresentada antes do último dia do mês de adimplemento da obrigação.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias, será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

Deverá constar na Nota Fiscal ou Fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, serão estes restituídos à Contratada para as correções solicitadas, não implicando a Contratante quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da liquidação, o serviço prestado que estiver em desacordo com as normas estipuladas em lei ou inadimplência contratual.

Caso haja aplicação de multa, o valor correspondente poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor da Contratada.

A Contratante não fará nenhum pagamento à Contratada antes de pagas ou relevadas (remissas) as multas que porventura lhe tenham sido aplicadas.

Caso a Contratada seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte de tributos e contribuições conforme legislação em vigor.

Não caberá nenhum pagamento adicional aos preços contratuais, uma vez que nos mesmos estão incorporadas as particularidades do local e do projeto.

Uma vez aprovadas as medições e as faturas correspondentes, estas serão pagas ou creditadas de acordo com a cláusula contratual específica.

16. PROPOSTAS DE PREÇOS

16.1 Preenchimento das Propostas de Preços

Ver exigências no edital.

16.2 Exame das Propostas de Preços

Ver exigências do edital.

17. ATUALIZAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

Ver exigências no edital.

18. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O Cronograma Físico-Financeiro, apresentado pela Contratada e aprovado pela Fiscalização, constitui-se parte integrante deste instrumento;

O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser ajustado ao efetivo início dos serviços, quando da emissão da Ordem de Serviço;

O Cronograma Físico-Financeiro, além de expressar a programação das atividades e o correspondente desembolso mensal do presente instrumento, deverá, obrigatoriamente:

Identificar o Plano de Gerenciamento de Tempo necessário à execução do objeto contratado no prazo pactuado;

Apresentar informações suficientes e necessárias para o monitoramento e controle das etapas da obra, sobretudo do caminho crítico;

O Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante deste Contrato, deverá representar todo o caminho crítico do projeto, os quais não poderão ser alterados sem motivação circunstanciada, independente da não alteração do prazo final.

O Cronograma deverá identificar, previamente, as etapas mais relevantes para o cumprimento dos prazos pactuados, de modo a permitir o acompanhamento da execução parcial do objeto contratado;

O Cronograma deverá representar o integral planejamento do projeto, inclusive das suas etapas/serviços, de modo a permitir o fiel acompanhamento dos prazos avencados;

Caso a Contratada julgue necessário, a sistemática de planejamento, acompanhamento e controle de projetos poderá ser apresentada em relatórios complementares ao Cronograma Físico-Financeiro;

A Contratada deverá manter as entregas de cada etapa dos serviços, estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro, sujeitando a Contratada a penalidades a título de multa, incidente no percentual não realizado de cada etapa dos serviços;

O Cronograma Físico-Financeiro deverá representar todas as atividades da planilha orçamentária, com grau de detalhamento compatível com o planejamento de execução da Contratada;

A Contratada deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de seus equipamentos e da mão de obra, sem, contudo, exceder o prazo de execução estabelecido neste Termo de Referência;

Além das obrigações associadas ao prazo contratual, compete à contratada cumprir fielmente os prazos de término de cada etapa, de acordo com o seu Cronograma Físico-Financeiro;

O período de avaliação dos serviços executados relacionado ao cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro tomará como base o primeiro e o último dia do mês em que o serviço foi prestado pela Contratada e recebido pela Fiscalização.

19. SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação dos projetos ou serviços objeto deste Termo de Referência, desde que não excedam a 30% (trinta por cento) do valor contratual, e não sejam serviços de qualificação técnica, conforme descritos no item 11.3 deste Termo.



**Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento
para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville**



20. PROPRIEDADE DA INFORMAÇÃO

As informações relativas ao presente Termo de Referência não serão duplicadas nem mesmo utilizadas pela Contratada, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução dos projetos e serviços por ela executados, sem a prévia autorização da FUNDAÇÃO IPPUJ, por escrito.

21. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

- ANEXO I** **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL).**
- ANEXO II** **ORÇAMENTO ESTIMATIVO / CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO /
PLANILHA DE MEDIÇÃO – PRODUTOS (PARA OS SERVIÇOS
CONTRATADOS NO TERMO DE REFERENCIA).**
- ANEXO III** **MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DO
PROGRAMA BADESC CIDADES II.**
- ANEXO IV** **VOLUME I – MAPA DAS INTERVENÇÕES;
VOLUME II – PROJETO DE CONCEPÇÃO DA OBRA;
VOLUME III – ORÇAMENTO ESTIMATIVO DA OBRA.**